

PREFÁCIO À AGRICULTURA EMPRESARIAL DE ANTONIO JOSÉ DE OLIVEIRA COSTA

Luiz Carlos Bresser-Pereira

26.6.2006

Dentro do quadro desalentador que a economia brasileira apresenta desde 1980, a grande exceção é a agricultura empresarial que Antonio José de Oliveira Costa analisa com tanto brilho e equilíbrio neste livro. Nos anos 50, quando a industrialização ocorria de forma explosiva no Brasil, aqueles que se opunham à mudança afirmavam que o Brasil era um país essencialmente agrícola. Não era, nem podia ser. Um país tão grande como o nosso exige uma economia diversificada. Mas não há dúvida que temos um país com condições de clima e solo favoráveis para a agricultura que podem se constituir em um grande fator do desenvolvimento. Na segunda metade do século dezenove compreendemos este fato, e o café foi uma alavanca do desenvolvimento brasileiro; nos últimos 20 anos, a partir de uma revolução agrônômica que tornou agriculturáveis uma grande parte do território brasileiro – o cerrado – e do surgimento de empresários agrícolas e pecuários inovadores, capazes de adotar as técnicas mais avançadas, o Brasil voltou a avançar de forma extraordinária nesta área, e a se tornar um líder mundial da agricultura e da pecuária modernas.

A Agricultura Empresarial nos oferece um quadro amplo dessa revolução – especialmente da revolução agrícola. Além de um interessantíssimo estudo do café na segunda parte do livro, na primeira faz o relato dessa grande transformação, e na terceira, uma análise econômica do setor e da economia brasileira como um todo que completam o quadro. No subtítulo do livro, Antonio José de Oliveira Costa, de quem eu tive o prazer de ter sido professor, assinala que seu livro é um ensaio. Ou seja, é um livro bem escrito e agradável de

ler, no qual o autor expõe idéias e análises que são suas, ao invés de bombardear o leitor com estatísticas e citações de terceiros. É um livro entusiasmado com a agricultura empresarial que se afirmou no Brasil, mas é também um livro preocupado com os rumos da economia brasileira, porque o autor tem muito claro para si mesmo que o país precisa de um crescimento solidário dos diversos setores para realmente se desenvolver. Nesta equação, o grande papel do agronegócio é exportar, porque é nessa área que nossas vantagens são maiores, mas o mercado interno é também para ele essencial, e a estabilidade da economia brasileira, uma condição essencial do desenvolvimento.

A conquista do cerrado pela agricultura empresarial brasileira é uma epopéia que tem heróis. Os mais óbvios foram os agrônomos que, primeiro na Escola Luiz de Queiroz da USP e depois na Embrapa, fizeram as pesquisas necessárias a aclimatar a soja e as demais culturas ao cerrado, e, mais amplamente, às condições de solo e clima do Brasil. Mas foram muitos outros os que participaram desse grande empreendimento nacional. O papel do Estado brasileiro e de seus administradores públicos foi aqui fundamental para promover a pesquisa, financiar a produção, e criar as vias de transporte, como foi decisivo o papel dos empresários agrícolas que tiveram a visão e a coragem de investir. A tecnologia foi nacional, as empresas foram nacionais, a estratégia foi nacional. E os resultados desta orquestração foram extraordinários. Em uma época de semi-estagnação e perda da idéia de nação como a que estamos vivendo há muitos anos, lembrar esses fatos – lembrar que somos capazes de promover nosso próprio desenvolvimento – é importante.

O desenvolvimento econômico é sempre o resultado de uma estratégia nacional de desenvolvimento. Entre 1930 e 1980 o Brasil cresceu de maneira notável graças a uma estratégia dessa natureza – o nacional-desenvolvimentismo – mas uma das suas limitações foi ter suposto que a agricultura não precisava do apoio governamental: era apenas uma fonte de divisas e de capitais a serem transferidos para a indústria. Por isso, quando a partir de 1987, depois de muitas crises, começa uma nova fase para a política agrícola Brasil baseada em preços certos e financiamento seguro mas sem subsídios, o desenvolvimento foi enorme, e ganhou ainda mais impulso em 1999 quando os agricultores foram poupados dos juros extorsivos que então prevaleciam e continuam hoje a prevalecer na economia brasileira.

O bom êxito, entretanto, pode levar a julgamentos apressados – especialmente à idéia de que a explosão do agronegócio no Brasil foi algo que o mercado produziu naturalmente. Nada mais falso, como nada mais equivocada é a idéia de que esse crescimento pode continuar a ocorrer independentemente do que ocorra com o restante da economia brasileira. Antonio José tem isto muito claro para si, e, por isso, dedica toda a terceira parte de seu livro à análise da economia brasileira.

Podemos abordar o problema da quase-estagnação da economia brasileira sob muitas formas, mas parece indiscutível que sua causa principal é a nossa incapacidade de alcançar a verdadeira estabilidade macroeconômica. Logramos estabilizar os preços, mas a taxa de juros continua absurdamente alta, e a taxa de câmbio revela-se instável e com tendência a se tornar apreciada e afinal levar o país à crise. Ora, só existe verdadeira estabilidade macroeconômica quando a taxa de juros é moderada e a taxa de câmbio garante o equilíbrio intertemporal das contas externas de um país; nenhum desses dois requisitos é preenchido pela economia brasileira.

Entre os preços macroeconômicos, a taxa de câmbio é o preço mais estratégico. Dele dependem, como todos sabem, as exportações e as importações; mas da taxa de câmbio dependem também os salários reais, o consumo, a poupança e o investimento. Os países que lograram elevadas taxas de crescimento durante o século vinte foram sempre países que tiveram como estratégia nacional de desenvolvimento manter sua taxa de câmbio relativamente depreciada. Isto foi essencial para que pudessem exportar além de bens agrícolas, produtos manufaturados, e assim crescessem.

No Brasil este fato simples demorou para ser compreendido porque durante um longo período o modelo de desenvolvimento adotado foi o de substituição de importações. Como esse modelo estava voltado para a proteção do mercado interno, houve quem pensasse equivocadamente que a taxa de câmbio podia ser mantida apreciada. Na média, não podia; o que era possível e foi amplamente praticado era ter uma taxa apreciada para a agricultura de exportação e outra para indústria, e, dessa forma, transferir renda de um setor para o outro. Como algumas culturas agrícolas suportavam uma taxa de câmbio mais baixa, o governo lhes impunha um imposto disfarçado na forma de câmbio. Enquanto isso, a indústria podia

advogar uma taxa de câmbio valorizada porque estava protegida por tarifas e controles administrativos de importação.

Esse sistema era muito complexo, sujeito a distorções, e foi há muito abandonado, porque o próprio modelo de substituição de importações esgotou-se e foi substituído por um modelo exportador, mais coerente com o atual estágio de desenvolvimento do Brasil. Neste modelo não é apenas a agricultura que deve ser competitiva e exportar; também a indústria deve sê-lo. E dessa forma, tanto um setor quanto o outro precisa de câmbio competitivo, estável e relativamente depreciado. Não há mais razão para conflito entre os dois setores. E no entanto, apesar da força de agricultores e industriais, não temos a estabilidade, mas a volatilidade da taxa de câmbio, e a tendência é sempre na direção da apreciação. Por que?

Antonio José de Oliveira Costa oferece em seu livro uma explicação que revela seu domínio da boa teoria econômica. A economia brasileira é vítima de um ciclo vicioso infernal que eu tenho denominado de ‘armadilha da alta taxa de juros e da baixa taxa de câmbio’. Em certos momentos, como aconteceu pela última vez em 2002, ocorre um ‘boom’ de exportações que abre uma nova oportunidade para o país. Duas crises de balanço de pagamentos provocaram duas depreciações cambiais, as quais, combinadas com o crescimento da economia mundial e particularmente da China e com uma forte melhoria dos nossos preços de exportação, possibilitaram que as exportações brasileiras dobrassem em poucos anos. Tornava-se, assim, razoável pensar que caminhávamos afinal para a tão esperada retomada do desenvolvimento. Ledo engano. A depreciação do câmbio provava um aumento dos preços internos, e portanto da inflação. O aumento era pequeno e temporário, mas o suficiente para que o Banco Central, dominado pelo que chamo de ‘ortodoxia convencional’, elevasse os juros que já estavam em um nível altíssimo para um nível ainda mais alto – o suficiente para paralisar investimentos e interromper a retomada que timidamente se esboçava. Com a elevação da taxa de juros, atraíram-se novamente capitais especulativos para o país que pressionam a taxa de câmbio para baixo, de forma que esta voltou a se tornar valorizada e a desestimular senão inviabilizar as exportações que haviam dado origem ao ciclo.

Em 2005, quando a taxa de câmbio voltou a apreciar de maneira perigosa, alertei para o perigo da ‘doença holandesa’. Algumas culturas agrícolas e algumas áreas de mineração e

siderurgia davam indicações de que se mantinham rentáveis com uma taxa de câmbio incompatível com a competitividade do restante do agronegócio e da maior parte da indústria brasileira que usa uma tecnologia no estado da arte. A doença holandesa ou maldição dos recursos naturais geralmente acontece com países produtores de petróleo, cuja exportação é rentável com uma taxa de câmbio que inviabiliza qualquer outra produção no país. Não estava afirmando que um desastre dessas dimensões estivesse ocorrendo no Brasil. Bastaria que a taxa de câmbio competitiva para os bens beneficiados por condições agrícolas ou de mineração particularmente favoráveis no Brasil fosse 10% mais baixa do que a requerida pelos demais setores – e que a sociedade e o governo não se dessem conta do problema e o corrigissem – para que suas conseqüências fossem prejudiciais ao país.

Antonio José percebeu este fato, veio conversar comigo, e discutiu a questão no seu livro. Ao invés de ignorar o problema, ou de recusar a possibilidade de sua existência – reação típica de analistas de vistas curtas – ele se deu conta que a doença holandesa, ainda que moderada, poderia ser prejudicial não apenas ao restante da economia, mas à própria agricultura empresarial. Quando ele me visitou, a crise que em 2006 novamente se abateu sobre a agricultura brasileira não havia ainda se desencadeado. Hoje ela está aí, e sua causa principal é a apreciação cambial: os agricultores compraram insumos a um preço e agora vendem sua produção a um preço menor devido à apreciação cambial. Mesmo aqueles setores que a médio prazo teriam maior capacidade de conviver com uma taxa de câmbio mais baixa (sendo, portanto, a origem da doença holandesa) não a têm no curto prazo devido ao descasamento entre o preço de compra dos insumos e o preço de venda do produto.

O governo tentou segurar a baixa da taxa de câmbio, mas a taxa de juros excessivamente elevada o impede de financiar as compras que teria de fazer de divisas fortes e assim aumentar suas reservas. Enquanto não lograr sair da armadilha dos juros altos, sua capacidade de reagir ao câmbio baixo será limitada. Além disso, há interesses pesados em uma taxa de câmbio baixa: interesse dos consumidores que vêem seus salários aumentar, interesses dos políticos que praticam o populismo cambial, interesses das empresas multinacionais que assim podem mandar mais dólares para fora com os mesmos reais; como há interesses pesados em manter a taxa de juros alta: interesses dos rentistas, do sistema financeiro, e de todos aqueles que ganham com câmbio apreciado. Minha aposta, entretanto, é

a de que os interesses dos empresários agrícolas, industriais, e dos serviços e de toda a sociedade brasileira em desenvolver o país são mais fortes. Este livro, além de uma contribuição importante para se compreender um setor estratégico da economia brasileira como é a agricultura empresarial, é uma prova de que esses interesses nacionais existem e podem afinal prevalecer.